

O que é uma nação?

por Ernest Renan

Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882.

Eu me proponho analisar com vocês uma idéia, clara em aparência, mas que se presta aos mais perigosos mal-entendidos. As formas da sociedade humana são das mais variadas. As grandes aglomerações de homens à maneira da China, do Egito, da mais antiga Babilônia; - a tribo à maneira dos hebreus, dos árabes; - a cidade à maneira de Atenas e de Esparta; - as reuniões de países diversos à maneira do império carolíngio; - as comunidades sem pátria, mantidas por liames religiosos, como são aquelas israelitas, de parses; - as nações como a França, a Inglaterra e a maior parte das modernas autonomias européias; - as confederações à maneira da Suíça, da América; - dos parentes como aquelas da raça, ou, mais ainda, a língua, estabelece entre os diferentes ramos dos germanos, os diferentes ramos dos eslavos; - Eis aqui modos de agrupamentos que existem ou existiram, e que não saberíamos misturar uns com os outros sem os mais sérios inconvenientes. Na época da Revolução Francesa críamos que as instituições de pequenas cidades independentes, tais como Esparta e Roma, poderiam se aplicar às nossas grandes nações de trinta à quarenta milhões de almas. Hoje, cometemos um erro mais grave: confundimos a raça com a nação, e atribuímos a grupos etnográficos ou, mais ainda, lingüísticos, uma soberania análoga àquela dos povos realmente existentes. Esforcemo-nos em chegar a alguma precisão nestas questões difíceis, onde a menor confusão sobre o sentido das palavras, na origem da reflexão, pode produzir ao final os mais funestos erros. O

que iremos fazer é delicado; é quase uma vivisseccção; iremos tratar os vivos como de ordinário tratamos os mortos. Nós aí aplicaremos a frieza, a imparcialidade a mais absoluta.

I

Desde o fim do Império romano, ou melhor, desde a deslocação do Império de Carlos Magno, a Europa ocidental aparece-nos dividida em nações, das quais algumas, em certas épocas, procuraram exercer uma hegemonia sobre as outras, sem jamais serem bem sucedidas de uma maneira durável. O que não puderam Carlos V, Luis XIV, Napoleão I, ninguém provavelmente poderá no futuro. O estabelecimento de um novo Império romano ou de um Império de Carlos Magno tornou-se uma impossibilidade. A divisão da Europa é muito grande para que uma tentativa de dominação universal não provoque muito rápido uma coalizão que faça retornar a nação ambiciosa aos seus limites naturais. Uma espécie de equilíbrio está estabelecida por muito tempo. A França, a Inglaterra, a Alemanha, a Rússia serão, ainda, em centenas de anos, e malgrado as aventuras que busquem, individualidades históricas, as peças essenciais de um tabuleiro, cujas casas variam sem cessar de importância e de grandeza, mas não se confundem jamais completamente.

As nações, entendidas desta maneira, são alguma coisa bastante nova na história. A antiguidade não as conheceu; o Egito, a China, a antiga Caldéia não foram em nenhum grau nações. Eram tropas conduzidas por um filho do Sol, ou um filho do Céu. Não existiam cidadãos egípcios, tanto quanto não existiam cidadãos chineses. A antiguidade clássica teve repúblicas e realezas municipais, confederações de repúblicas locais, impérios; ela nada teve de nação, no sentido em que nós a compreendemos. Atenas, Esparta, Sídon, Tiro são pequenos centros de admirável patri-

otismo; mas são cidades com um território relativamente restrito. A Gália, A Espanha, a Itália, antes de sua absorção no Império romano, eram conjuntos de pequenas populações, freqüentemente ligadas entre elas, mas sem instituições centrais, sem dinastias. O império assírio, o império persa, o império de Alexandre, não foram mais que pátrias. Não existiram patriotas assírios; o império persa foi uma vasta feudalidade. Nenhuma nação ligou suas origens à colossal aventura de Alexandre, que foi, entretanto, tão rica em conseqüências para a história geral da civilização.

O Império romano esteve bem mais próximo de ser uma pátria. Em contrapartida à imensa benfeitoria do fim das guerras, a dominação romana, primeiramente tão dura, foi muito rapidamente apreciada. Esta foi uma grande associação, sinônimo de ordem, de paz e de civilização. Nos últimos tempos do Império existiu, entre as almas elevadas, entre os bispos esclarecidos, entre os letrados, um verdadeiro sentimento de "pax romana", oposto ao caos ameaçador da barbárie. Mas, um império doze vezes maior que a França atual não saberia formar um Estado na acepção moderna. A cisão do Oriente e do Ocidente era inevitável. Os ensaios de um império gaulês, no III século, não foram bem sucedidos. É a invasão germânica que introduz no mundo o princípio que, mais tarde, servirá de base à existência das nacionalidades.

Que fizeram os povos germânicos, na verdade, desde suas grandes invasões do século V até as últimas conquistas normandas no século X? Eles mudaram pouco o fundo das raças; mas impuseram dinastias e uma aristocracia militar em partes mais ou menos consideráveis do antigo Império do Ocidente, as quais tomaram o nome de seus invasores. Daí uma França, uma Burgúndia, uma Lombardia; mais tarde, uma Normandia. A rápida preponderância que assume o império franco refaz em um momento a unidade do Ocidente; mas este império se desfaz irremediavel-

mente ao longo do século IX; o tratado de Verdun traça divisões inalteráveis, em princípio e, desde então, a França, a Alemanha, a Inglaterra, a Itália, a Espanha se encaminham, por vias freqüentemente indiretas e por meio de mil aventuras, à sua plena existência nacional, tal como nós as vemos se desabrocharem hoje.

O que caracteriza, na verdade, estes diferentes Estados? É a fusão das populações que os compõem. Nos países que iremos enumerar, nada de análogo ao que se encontrará na Turquia, onde o turco, o eslavo, o grego, o armênio, o árabe, o sírio, o curdo são, assim distintos hoje como no dia da conquista. Duas circunstâncias essenciais contribuíram para esse resultado. Primeiramente, o fato que os povos germânicos adotaram o cristianismo desde que eles tiveram contatos um pouco freqüentes com os povos gregos e latinos. Quando o vencedor e o vencido são da mesma religião, ou, mais ainda, quando vencedor adota a religião do vencido, o sistema turco, a distinção absoluta dos homens de acordo com a religião, não pode mais se produzir. A segunda circunstância foi, da parte dos conquistadores, o esquecimento de sua própria língua. Os filhos de Clóvis, de Alarico, de Gondebaud, de Alboïn, de Rollon, falavam já o romano. Este fato era ele mesmo a consequência de uma outra particularidade importante; é que os francos, os burgondos, os godos, os lombardos, os normandos tinham muito poucas mulheres de sua raça entre eles. Durante muitas gerações, os chefes não se casavam mais que com mulheres germanas; mas suas concubinas eram latinas, as amas de leite das crianças eram latinas; toda a tribo esposava mulheres latinas; o que fez que a *língua francica*, a *língua gothica* não tivessem, desde o estabelecimento dos francos e dos godos em terras romanas, mais que três curtas destinações. Isso não se passou dessa forma na Inglaterra; pois a invasão anglo-saxônica tinha, sem dúvida, mulheres com ela; a população bretã se esvaeceu e, por outro lado, o latim não era mais, ou melhor, não foi jamais dominante na Bretanha. Se tivessem geralmente falado gaulês na

Gália, no século V, Clóvis e os seus não teriam abandonado o germânico pelo gaulês.

Daí o resultado capital que, malgrado a extrema violência dos costumes dos invasores germanos, o modelo que impuseram tornar-se, com os séculos, o modelo mesmo da nação. *França* torna-se muito legitimamente o nome de um país onde não tinha entrado mais que uma imperceptível minoria de francos. No século X, nas primeiras canções de gesta, que são um espelho tão perfeito do espírito do tempo, todos os habitantes da França são franceses. A idéia de uma diferença de raças na população da França, tão evidente em Gregório de Tours, não se apresenta em nenhum grau entre os escritores e os poetas franceses posteriores a Hugo Capeto. A diferença do nobre e do vilão é tão acentuada quanto possível; mas a diferença de um para outro não é em nada uma diferença étnica; é uma diferença de coragem, de hábitos e de educação transmitida hereditariamente; a idéia que a origem de tudo isso seja uma conquista não ocorre a ninguém. O falso sistema de acordo com o qual a nobreza deve sua origem a um privilégio conferido pelo rei por grandes serviços prestados à nação, tanto quanto todo nobre é um enobrecido, este sistema é estabelecido como um dogma no século XVIII. A mesma coisa se passa na seqüência de quase todas as conquistas normandas. Ao cabo de uma ou duas gerações, os invasores normandos não se distinguiram mais do resto da população; sua influência aí tivera sido menos profunda; eles tinham dado ao país conquistado uma nobreza, de hábitos militares, um patriotismo que ele não tinha antes.

O esquecimento, e diria, mesmo o erro histórico são um fator essencial da criação de uma nação, e é assim que o progresso dos estudos históricos é freqüentemente para a nacionalidade um perigo. A investigação histórica, na verdade, traz à luz os fatos da violência que se passaram na origem de todas as formações políticas, mesmo daquelas das quais as conseqüências foram as mais benfazejas. A uni-

dade se faz sempre brutalmente; a reunião da França do norte e da França do centro foi o resultado de uma exterminação e de um terror contínuo durante quase um século. O rei da França que é, se ousar dizê-lo, o tipo ideal de um cristizador secular; o rei da França, que fez a mais perfeita unidade nacional que existira; o rei da França, visto de muito perto, perdeu seu prestígio; a nação que ele tinha formado o amaldiçoou, e, hoje, não há mais que os espíritos cultivados que saibam o que ele valia e o que ele fazia.

É pelo contraste que estas grandes leis da história da Europa ocidental se tornam sensíveis. Na empresa que o rei da França, em parte por sua tirania, em parte por sua justiça, tem tão admiravelmente levado a termo, muitos países encalham. Sob a coroa de Saint Étienne, os magiares e os eslavos permaneceram tão distintos como eles o eram há oitocentos anos. Longe da frente de elementos diversos de seus domínios, a casa de Habsburgo os teve distintos e freqüentemente opostos uns aos outros. Na Boêmia, o elemento tcheco e o elemento alemão são superpostos como o óleo e a água em um copo. A política turca da separação das nacionalidades de acordo com a religião teve bem mais graves conseqüências: ela causou a ruína do Oriente. Tome-se uma cidade como Salônica ou Esmirna, aí se encontrará cinco ou seis comunidades, das quais cada uma tem suas lembranças e que não tem entre elas quase nada em comum. Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido coisas. Nenhum cidadão francês sabe se ele é burgondo, alano, taifalo, visigodo; todo cidadão francês deve ter esquecido a noite de São Bartolomeu, os massacres dos países meridionais no século XIII. Não há na França dez famílias que possam fornecer a prova de uma origem franca, e ainda uma tal prova seria certamente defeituosa, por conseguinte, mil cruzamentos desconhecidos que podem atrapalhar todos os sistemas dos genealogistas.

A nação moderna é, então, um resultado histórico levado a termo por uma série de fatos convergentes no mesmo sentido. Logo, a unidade foi realizada por uma dinastia como é o caso para a França; logo ela o foi pela vontade direta das províncias, como é o caso para a Holanda, a Suíça, a Bélgica; logo por um espírito geral, tardiamente vencedor dos caprichos da feudalidade, como é o caso para a Itália e a Alemanha. Sempre uma profunda razão de ser presidiu a estas formações. Os princípios, em casos paralelos, fazem-se hoje pelas surpresas as mais inesperadas. Nós temos visto, hoje em dia, a Itália unificada por suas derrotas, e a Turquia demolida por suas vitórias. Cada derrota avançava aos negócios da Itália; cada vitória perdia a Turquia; pois a Itália é uma nação, e a Turquia, fora da Ásia Menor, não o é. É glória da França ter, pela Revolução Francesa, proclamado que uma nação existe por ela mesma. Não devemos perceber maus aqueles que nos imitam. O princípio das nações é o nosso. Mas o que é, então, uma nação? Por que a Holanda é uma nação, ao passo que Hanover ou o grão-ducado de Parma não o são? Como a França persiste em ser uma nação, quando o princípio que a criou desapareceu? Como a Suíça, que tem três línguas, duas religiões, três ou quatro raças, é uma nação, quando a Toscana, por exemplo, que é tão homogênea, não o é? Por que a Áustria é um Estado e não uma nação? Em que o princípio das nacionalidades difere do princípio das raças? Eis alguns pontos sobre os quais um espírito refletido deve debruçar-se, para se colocar em concordância com ele mesmo. As coisas do mundo pouco se resolvem por esta espécie de raciocínio; mas os homens aplicados desejam aportar a esta matéria alguma razão e esclarecer as confusões onde se embaralham os espíritos superficiais.

II

No entender de alguns teóricos políticos, uma nação é, antes de tudo, uma dinastia, representando uma antiga conquista, conquista aceita, primeiramente, pois esquecida pela massa do povo. Segundo as políticas das quais falo, o agrupamento de províncias efetuado por uma dinastia, por suas guerras, por seus tratados, acaba com a dinastia que o formou. É muito verdadeiro que quase todas nações modernas foram feitas por uma família de origem feudal, que contraiu casamento com o solo e que foi, em alguma medida, um núcleo de centralização. Os limites da França em 1789 não tinham nada de natural nem de necessário. A larga zona que a casa dos capetos tinha anexado ao estreito da orla do tratado de Verdun foi, a bem da verdade, aquisição pessoal desta casa. Na época em que foram feitas as anexações, não se tinha a idéia de limites naturais, nem do direito das nações, nem da vontade das províncias. A reunião da Inglaterra, da Irlanda e da Escócia foi, do mesmo modo, um fato dinástico. A Itália tardou tanto tempo a ser uma nação porque, entre suas numerosas casas reinantes, nenhuma, antes do nosso século, não se fez o centro da unidade. Coisa estranha é a obscura ilha da Sardenha, terra pouco italiana, que obteve um título real. A própria Holanda, que foi criada por um ato de heróica resolução contraiu, entretanto, um casamento íntimo com a casa de Orange, e ela corria, verdadeiramente, perigos o dia em que essa união se efetivou.

Uma tal lei, contudo, é absoluta? Não, sem dúvida. A Suíça e os Estados Unidos, que se formaram das conglomerações de adições sucessivas, não tem nenhuma base dinástica. Não discutiria a questão no que concerne à França. Seria necessário ter o segredo do futuro. Digamos, somente, que esta grande realeza francesa tinha sido tão fortemente nacional que, após sua queda, a nação pôde existir sem ela. E, além disso, o século XVIII mudou muita coisa. O homem estava de volta,

após séculos de submissão ao espírito antigo, ao respeito por si mesmo, à idéia de seus direitos. As palavras pátria e cidadão tinham retomado seu sentido. Assim, pode se realizar a operação mais ousada que fora praticada na História, operação que podemos comparar àquela que seria, em psicologia, a tentativa de fazer viver, em sua identidade primeira, um corpo ao qual teríamos retirado o cérebro e o coração.

É necessário, então, admitir que uma nação pode existir sem princípio dinástico, e mesmo nações que foram formadas por dinastias podem se separar desta dinastia sem por isso deixar de existir. O velho princípio que não considera que o direito dos príncipes não pode mais ser mantido; além do direito dinástico, há o direito nacional. Este direito nacional sobre qual critério fundá-lo? Em qual signo conhecê-lo? De qual fato tangível deriva?

I. Da raça, dizem muitos com segurança.

As divisões artificiais, resultantes do mundo feudal, dos casamentos entre príncipes, dos congressos de diplomatas são caducas. O que permanece firme e fixo é a raça das populações. Eis o que constitui um direito, uma legitimidade. A família germânica, por exemplo, segundo a teoria que adoto, tem o direito de reaver os membros esparsos do germanismo, mesmo quando estes membros não solicitam a ela se anexar. O direito do germanismo sobre tal província é mais forte que o direito dos habitantes desta província sobre eles mesmos. Criamos, assim, uma espécie de direito patrimonial análogo àquele dos reis de direito divino; ao princípio das nações substituímos aquele da etnografia. É um grandessíssimo erro que, caso se torne dominante, levaria ao fim a civilização européia. De igual modo, o princípio das nações é justo e legítimo, assim como aquele do direito primordial das raças é estreito e pleno de perigo para o verdadeiro progresso.

Na tribo e na cidade antigas, o fato da raça tinha, nós o reconhecemos, uma importância de primeira ordem. A tribo e a cidade antigas não eram mais que uma extensão da família. Em Esparta, em Atenas, todos os cidadãos eram parentes em graus mais ou menos aproximados. Isso se passava de igual modo com os Beni-Israel; isso se passa, desse modo ainda, nas tribos árabes. De Atenas, de Esparta, da tribo israelita, transportamo-nos para o Império romano. A situação é inteiramente outra. Formado primeiramente pela violência, depois mantido pelo interesse, esta grande aglomeração de cidades, de províncias absolutamente diferentes, traz à idéia de raça o golpe mais grave. O cristianismo, com seu caráter universal e absoluto, trabalha mais eficazmente ainda no mesmo sentido. Ele contrai com o Império romano uma aliança íntima e, pelo efeito destes dois incomparáveis agentes de unificação, a razão etnográfica é descartada do governo das coisas humanas por séculos. A invasão dos bárbaros foi, malgrado as aparências, um não a mais nesta via. Os recortes dos reinos bárbaros não tem nada de etnográfico; eles são estabelecidos pela força ou pelo capricho dos invasores. A raça das populações que eles subordinavam era para eles indiferente. Carlos Magno refaz, à sua maneira, o que Roma tinha já realizado: um império único composto das raças as mais diversas. Os autores do tratado de Verdun, em traçando de modo fixo suas duas grandes linhas do norte ao sul, não tinham a menor noção da raça dos povos que se encontravam à direita ou à esquerda. Os movimentos de fronteira que se operam na seqüência da Idade Média estiveram também fora de toda tendência etnográfica. Se a política levada a termo pela casa dos capetos chegou a agrupar pouco a pouco, sob o nome de França, os territórios da antiga Gália, esta não é, a este respeito, um efeito da tendência que teriam tido estes países a se juntarem com seus congêneres. A Dauphiné, a Bresse, a Provence, o Franche-Comté não se lembrariam mais de uma origem comum. Toda consciência gaulesa teria perecido desde o II século de nossa

era, e não é mais que por uma via de erudição que, em nossos dias, reencontramos, retrospectivamente, a individualidade do caráter gaulês.

A consideração etnográfica não contribuiu, então, para nada na constituição das nações modernas. A França é céltica, ibérica e germânica. A Alemanha é germânica, céltica e eslava. A Itália é o país onde a etnografia é a mais embaraçada. Gauleses, etruscos, pelasgos, gregos, sem falar de muitos outros elementos, aí se cruzam em uma indecifrável mistura. As ilhas britânicas, em seu conjunto, oferecem uma mistura de sangue céltico e germânico cujas proporções são singularmente difíceis de definir.

A verdade é que não há raça pura e que fazer repousar a política sobre a análise etnográfica é fazê-la exprimir-se sobre uma quimera. Os mais nobres países, a Inglaterra, a França, a Itália, são aqueles onde o sangue é o mais misturado. A Alemanha representa, a esse respeito, uma exceção? Ela é um país germânico puro? Que ilusão! Todo o sul foi gaulês. Todo o leste, a partir do Elba, é eslavo. E as partes que pretendemos realmente puras, elas o são na verdade? Tocamos aqui em um dos problemas sobre os quais importa, o mais possível, tornar as idéias claras e prevenir os mal-entendidos.

As discussões sobre as raças são intermináveis, porque a palavra raça é tomada pelos historiadores filólogos e pelos antropólogos fisiologistas em dois sentidos inteiramente diferentes. Para os antropólogos, a raça tem o mesmo sentido que em Zoologia: ela indica uma descendência real, um parentesco pelo sangue. Ora, o estudo das línguas e da história não conduz às mesmas divisões que a fisiologia. As palavras dos braquicéfalos, dos doliocéfalos, não tem lugar na história nem na filologia. No grupo humano que criou as línguas e a disciplina arianas havia, já, braquicéfalos e doliocéfalos. É necessário dizer, por outro lado, do grupo primitivo que criou as línguas e as instituições ditas semíticas. Em outros termos, as

origens zoológicas da humanidade são enormemente anteriores às origens da cultura, da civilização, da linguagem. Os grupos ariano primitivo, semítico primitivo e turaniano primitivo não tinham nenhuma unidade psicológica. Estes grupamentos são fatos históricos que ocorreram em uma certa época, digamos quinze ou vinte mil anos, assim como a origem zoológica da humanidade se perde nas trevas incalculáveis. O que chamamos filologicamente e historicamente a raça germânica é, seguramente, uma família distinta na espécie humana. Mas é ela uma família no sentido antropológico? Não, seguramente.

A aparição da individualidade germânica na história não se faz mais que poucos séculos antes de Jesus Cristo. Aparentemente, os germanos não saíram da terra nesta época. Antes disso, fundidos com os eslavos na grande massa indistinta dos citas, eles não tinham sua individualidade à parte. Um inglês é, como deve ser, um tipo uno no conjunto da humanidade. Ora, o tipo desta a quem chamamos muito impropriamente raça anglo-saxônica não é nem o bretão do tempo de César, nem o anglo-saxão de Hengist, nem o dinamarquês de Knut, nem o normando de Guilherme, o conquistador: é o resultante de tudo isso. O francês não é nem um gaulês, nem um franco, nem um burgondo. Ele é o que saiu do grande caldeirão onde, sob a presidência do rei da França, fermentaram, conjuntamente, os elementos os mais diversos. Um habitante de Jersey ou de Guernesey não difere em nada, pelas origens, da população normanda da costa vizinha. No século XI, o olho mais penetrante não podia vislumbrar dos dois lados do canal a mais ligeira diferença. Insignificantes circunstâncias fazem que Felipe Augusto não tome estas ilhas com o resto da Normandia. Separadas umas das outras desde quase setecentos anos, as duas populações tornaram-se não somente estrangeiras umas às outras, mas, inteiramente dessemelhantes. A raça, como a entendemos – nós historiadores – é, então, alguma coisa que se faz e se desfaz. O estudo da raça é capital para o sábio

que se ocupa da história da humanidade. Ele não tem aplicação na política. A consciência instintiva que presidiu a confecção do mapa da Europa não considerou de nenhuma forma a raça, e as primeiras nações da Europa são nações de sangue essencialmente misturado.

O fato da raça, capital na origem, vai, então, sempre perdendo sua importância. A história humana difere essencialmente da zoologia. A raça não é tudo, como entre os roedores ou os felinos, e não temos o direito de ir pelo mundo fazer experiências com o crânio das pessoas e depois pegá-las pela garganta e lhes dizer: "Você é nosso sangue; você nos pertence!" Fora dos caracteres antropológicos, há a razão, a justiça, a verdade, o belo, que são os mesmos para todos. Observem, esta política etnográfica não é segura. Vocês tiram partido hoje contra os outros; pois vocês a verão se voltar contra vocês mesmos. É certo que os alemães, que elevaram tão alto a bandeira da etnografia, não verão os eslavos virem analisar, por sua vez, os nomes das cidades da Saxônia e da Lusácia, procurar os traços dos Vilzes ou dos obotritas e tomar satisfação dos massacres e das vendas em massa que os othons fizeram em relação seus ancestrais. Para todos, é bom saber esquecer.

Eu gosto muito da etnografia; é uma ciência de um raro interesse; mas, como eu a quero livre, eu a quero sem aplicação política. Em etnografia, como em todos os estudos, os sistemas mudam; é a condição do progresso. Os limites dos Estados sobrevivem às flutuações da ciência. O patriotismo dependeria de uma dissertação mais ou menos paradoxal. Se fôssemos dizer ao patriota: "você se enganou; você verte seu sangue por tal causa; você crê ser celta; não, você é germano". Na seqüência, dez anos após, poder-se-ia lhe dizer que ele é eslavo. Para não falsificar a ciência, é necessário dispensá-la de dar opiniões em relação a estes problemas, onde estão engajados tantos interesses. Estejamos seguros que, se a en-

carregamos de fornecer elementos à diplomacia, nós a surpreenderemos frequentemente em flagrante delito de complacência. Ela tem melhores coisas a fazer: perguntem-lhe muito simplesmente a verdade.

II. – O que dizemos da raça, é necessário dizer da língua.

A língua convida a se reunir, mas não é imperativa. Os Estados Unidos e a Inglaterra, a América espanhola e a Espanha falam a mesma língua e não formam uma só nação. Ao contrário, a Suíça, tão bem concretizada pelo assentamento de suas diferentes partes, conta três ou quatro línguas. Há no homem alguma coisa de superior à língua: é a vontade. A vontade da Suíça de ser unida, malgrado a variedade de seus idiomas, é um fato muito mais importante que uma similitude frequentemente obtida por vexações.

Um fato honorável para a França é ela jamais ter procurado obter a unidade de sua língua por medidas de coerção. Não podemos ter os mesmos sentimentos e os mesmos pensamentos, amar as mesmas coisas em línguas diferentes? Falamos a pouco do inconveniente que seria fazer depender a política internacional da etnografia. Não seria menos fazê-la depender da filologia comparada. Deixemos a esses interessantes estudos a inteira liberdade de suas discussões; não os misturemos; não os misturemos ao que aí alteraria a serenidade. A importância política que atribuímos às línguas vêm do fato de as olharmos como signos da raça. Nada de mais falso. A Prússia, onde não se fala mais que o alemão, falava eslavo há alguns séculos; o País de Gales fala inglês; a Gália e a Espanha falam o idioma primitivo da Alba Longa; o Egito fala árabe; os exemplos são inumeráveis. Mesmo nas origens, a similitude da língua não implicava a similitude da raça. Tomemos por exemplo a tribo proto-ariana ou proto-semita; aí se encontrava escravos, que falavam a mesma língua que seus mestres; ora, o escravo era, então, muito frequentemente, de uma raça diferente daquela de seu mestre. Repetimos: estas divisões de línguas

indo-européias, semíticas e outras criadas com uma tão admirável sagacidade pela filologia comparada, não coincidem com as divisões da antropologia. As línguas são formações históricas, que indicam poucas coisas sobre o sangue daqueles que as falam, e que, em todo caso, não poderiam encadear a liberdade humana quando se trata de determinar a família com a qual nos unimos pela vida e pela morte.

Esta consideração exclusiva da língua tem, como a atenção demasiado forte concedida à raça, seus perigos, seus inconvenientes. Quando aí colocamos o exagero, enclausuramo-nos em uma cultura determinada, tida por nacional; limitamo-nos, emparedamo-nos. Abrimos mão do grande ar que respiramos no vasto campo da humanidade para nos enclausurarmos em conventículos de compatriotas. Nada de pior para o espírito: nada de mais equivocado para a civilização. Não abandonamos este princípio fundamental que o homem é um ser racional e moral, antes de ser enclausurado em tal ou tal língua, antes de ser um membro de tal ou tal raça, um aderente de tal ou tal cultura. Antes da cultura francesa, da cultura alemã, da cultura italiana, há a cultura humana. Vejam os grandes homens da Renascença; eles não eram nem franceses, nem italianos, nem alemães. Eles tinham reencontrado, por seu comércio com a antiguidade, o segredo da educação verdadeira do espírito humano, e a ele se devotavam de corpo e alma. Como eles fizeram bem!

III. – A religião não poderia mais oferecer uma base suficiente para o estabelecimento de uma nacionalidade moderna

Na origem, a religião mantinha a própria existência do grupo social. O grupo social era uma extensão da família. A religião, os ritos, eram ritos de família. A religião de Atenas era o culto de Atenas mesmo, de seus fundadores míticos, de suas leis, de seus costumes. Ela não implicava nenhuma teologia dogmática. Esta religião era, em toda força do termo, uma religião de Estado. Não era ateniense quem se recusava a praticá-la. Era, no fundo, o culto da Acrópole personificado. Jurar

sobre o altar de Aglaura era prestar o juramento de morrer pela pátria. Esta religião era o equivalente do que é, entre nós, o culto à bandeira. Recusar participar em um tal culto era como seria, nas sociedades modernas, recusar o serviço militar. Era declarar que não se era ateniense. Por outro lado, é claro que um tal culto não tinha sentido para aquele que não era de Atenas; também não se exercitava nenhum proselitismo para forçar estrangeiros a aceitá-lo; os escravos de Atenas não o praticavam. De mesmo modo isso ocorre em algumas pequenas repúblicas da Idade Média. Não se era bom veneziano se não se prestasse juramento à São Marcos; não se era bom amalfitano se não se colocasse santo André acima de todos os outros santos do paraíso. Nessas pequenas sociedades, o que foi mais tarde perseguição, tirania, era legítimo e tinha tão pouca conseqüência como o fato de, entre nós, festejar o pai de família e lhe endereçar votos no primeiro dia do ano.

O que era verdade em Esparta, em Atenas, já não o era nos reinos saídos da conquista de Alexandre, não era, sobretudo, no Império romano. As perseguições de Antíoco Epifânio para levar o Oriente ao culto de Júpiter Olímpico, aquelas do Império romano para manter uma pretendida religião de Estado foram um erro, um crime, um verdadeiro absurdo. Em nossos dias, a situação é perfeitamente clara. Não há massas crentes de uma maneira uniforme. Cada um crê e pratica, à sua maneira, como pode, como quer. Pode-se ser francês, inglês, alemão, sendo católico, protestante, israelita, aí não praticando nenhum culto. A religião tornou-se coisa individual; ela lembra a consciência de cada um. A divisão das nações em católicos, protestantes, não existe mais. A religião, que, há cinqüenta e dois anos, era um elemento tão considerável na formação da Bélgica, guarda toda sua importância no fórum interior de cada um; mas ela saiu quase inteiramente das razões que traçam os limites dos povos.

IV. – A comunidade dos interesses é, seguramente, um liame potente entre os homens.

Os interesses, entretanto, bastam para fazer uma nação? Eu não o creio. A comunidade de interesses faz os tratados de comércio. Há na nacionalidade um lado sentimental. Ele é alma e corpo ao mesmo tempo; um *Zollverein* não é uma pátria.

V. – A geografia, o que chamamos de fronteiras naturais, certamente tem uma parte considerável na divisão das nações.

A geografia é um dos fatores essenciais da história. Os riachos conduziram as raças; as montanhas as pararam. Os primeiros favoreceram, os segundos limitaram os movimentos históricos. Podemos dizer, contudo, como o crêem certos partidos, que os limites de uma nação estão escritos sobre o mapa e que esta nação tem o direito de adjudiciar o que é necessário para aumentar alguns contornos, para alcançar tal montanha, tal ribeirão, para o qual temos uma espécie de faculdade limitante *a priori*? Não conheço doutrina mais arbitrária nem mais funesta. Com ela, justificamos todas as violências. E, primeiramente, são as montanhas ou, como queiram, são os rios que formam estas pretendidas fronteiras naturais? É incontestável que as montanhas separam; mas os rios reúnem muito mais. E, além disso, nem todas as montanhas separariam os Estados. Quais são aquelas que separam e aquelas que não separam? De Biarritz à Tornea não há nenhuma embocadura que tenha mais que outra um caráter limítrofe. Se a história o tivesse desejado, o Loire, o Sena, o Meuse, o Elba, o Oder teriam, assim como o Reno, este caráter de fronteira natural que fez cometer tantas infrações ao direito fundamental, que é a vontade dos homens. Falo de razões estratégicas. Nada é absoluto; é claro que muitas concessões devem ser feitas à necessidade. Mas, não é necessário que estas concessões sejam feitas em demasia. De outro modo, todo mundo recla-

mará suas conveniências militares, e isto será a guerra sem fim. Não, não é a terra, mais que a raça, que faz a nação. A terra fornece o substrato, o campo da luta e do trabalho; o homem fornece a alma. O homem está inteiro na formação desta coisa sagrada que chamamos de povo. Nada de material para isso basta. Uma nação é um princípio espiritual, resultante das complicações profundas da história, uma família espiritual, não um grupo determinado pela configuração do solo.

Acabamos de ver o que não basta para criar um tal princípio espiritual: a raça, a língua, os interesses, a afinidade religiosa, a geografia, as necessidades militares. Que mais, então, é necessário? Pela seqüência do que foi dito anteriormente, eu não poderia, por muito tempo, manter a atenção de vocês.

III

Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas que para dizer a verdade não formam mais que uma constituem esta alma, este princípio espiritual. Uma está no passado, a outra no presente. Uma é a possessão em comum de um rico legado de lembranças; outra é o consentimento atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos. O homem, Senhores, não se improvisa. A nação, como o indivíduo, é o resultado de um longo processo de esforços, de sacrifícios e de devotamentos. O culto dos ancestrais é de todos o mais legítimo; os ancestrais nos fizeram o que nós somos. Um passado heróico, dos grandes homens, da glória (eu entendo da verdadeira), eis o capital social sobre o qual se assenta uma idéia nacional. Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; ter feito grandes coisas conjuntamente, querer fazer ainda, eis as condições essenciais para ser um povo. Amamos na proporção dos sacrifícios que consentimos, dos males que sofremos. Amamos a casa que construímos e que transmitimos. O canto esparciata:

“Nós somos o que vocês foram; nós seremos o que vocês são” é em sua simplicidade o hino resumido de toda pátria.

No passado, uma herança de glória e de nostalgias a partilhar, no futuro um mesmo programa a realizar; ter sofrido, ter sido feliz, esperado conjuntamente, eis o que vai melhor que limites comuns e fronteiras conformes às idéias estratégicas; eis o que compreendemos, malgrado as diversidades da raça e da língua. Eu disse há pouco: “ter sofrido conjuntamente”; sim, o sofrimento em comum une mais que a ventura. Em matéria de lembranças nacionais, os lutos valem mais que os triunfos, pois eles impõem deveres, eles comandam o esforço em comum.

Uma nação é, então, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizeram e daqueles que estão dispostos a fazer ainda. Ela supõe um passado; ela se resume, portanto, no presente por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente exprimido de continuar a vida comum. A existência de uma nação é (perdoem-me esta metáfora) um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua da vida. Oh! Eu o sei, esta é menos metafísica que o direito divino, menos brutal que o direito pretendido histórico. Na ordem das idéias que eu vos submeto, uma nação não tem mais que um rei o direito de dizer à uma província: “Você me pertence, eu te tomo”. Uma província, para nós, são os seus habitantes; se alguém neste caso tem o direito de ser consultado, é o habitante. Uma nação não tem jamais um verdadeiro interesse em se anexar ou em reter um país a seu contragosto. O voto das nações é, em definitivo, o único critério legítimo, aquele ao qual é necessário sempre retornar.

Nós caçamos da política as abstrações metafísicas e teológicas. Que permanece a partir disso? Permanece o homem, seus desejos. A secessão, dirão vocês, e, ao longo do tempo, a atomização das nações, são as conseqüência de um sistema que coloca estes velhos organismos à mercê de vontades freqüentemente pou-

co esclarecidas. É claro que em matéria paralela nenhum princípio deve ser levado a termo em excesso. As verdades desta ordem não são aplicáveis mais que em seu conjunto e de uma maneira muito geral. As vontades humanas mudam; mas o que não muda? As nações não são alguma coisa de eterno. Elas começaram, elas acabarão. A confederação européia, provavelmente, irá substituí-las. Mas tal não é a lei do século em que vivemos. Na hora presente, a existência das nações é boa, necessária mesmo. Sua existência é a garantia da liberdade, que seria perdida se o mundo não tivesse mais que uma lei e um mestre.

Por suas dificuldades diversas, freqüentemente opostas, as nações servem à obra comum da civilização; todas aportam uma nota a este grande concerto da humanidade que, em suma, é a mais alta realidade ideal que atingimos. Isoladas, elas têm suas parte débeis. Eu me digo freqüentemente que um indivíduo que tivesse os defeitos das nações por qualidades se nutriria de glória vã; que seria a tal ponto ciumento, egoísta, briguento, que poderia nada suportar sem brigas, seria o mais insuportável dos homens. Mas todas estas dissonâncias de detalhe desaparecem no conjunto. Pobre humanidade, o que você sofreu! Que provas lhe esperam ainda? Possa o espírito de sabedoria lhe guiar para preservar dos inumeráveis perigos dos quais sua rota esta semeada!

Eu me resumo, Senhores. O homem não é escravo nem de sua raça, nem de sua língua, nem de sua religião nem do curso dos rios nem da direção das cadeias de montanhas. Uma grande agregação de homens, são de espírito e quente de coração, cria uma consciência moral que se chama nação. Tanto que esta consciência moral prova sua força pelos sacrifícios que exige a abdicação do indivíduo em proveito de uma comunidade, ela é legítima, ela tem o direito de existir. Se dúvidas se elevam sobre suas fronteiras, consulteis as populações disputadas. Elas têm bem o direito de ter uma opinião na questão. Eis o que fará sorrir os transcenden-

tes da política, estes infalíveis que passam sua vida a se equivocar e que, do alto de seus princípios superiores, tomam em piedade nossa terra à terra. “Consultar as populações, credo! Que ingenuidade! Eis bem representadas estas franzinas idéias francesas que pretendem substituir a diplomacia e a guerra por medidas de uma simplicidade infantil”. – Esperemos, Senhores; deixemos passar o reino dos transcendentais; saibamos relevar a arrogância dos fortes. Talvez, após muitas procuras infrutíferas, retornem a nossas modestas soluções empíricas. O meio de ter razão no futuro é, em certas horas, saber se resignar em ser *démodé*.